

Informações de proteção de dados dos clientes

Com base nos Artigos 13 e 14 do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho em matéria de proteção de pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais e ao livre movimento de tais dados (doravante referido como o “Regulamento”), bem como, sob os Números 19 e Número 20 da Lei n.º 18/2018 Coll. em matéria de Proteção de Dados Pessoais e alteração de determinadas outras Leis (doravante designada de a “Lei”)

Esta informação visa fornecer-lhe informações sobre que dados pessoais tratamos, como os tratamos, para que fins os utilizamos, a quem podemos fornecê-los e onde pode obter informações sobre os seus dados pessoais e exercer os seus direitos relativos ao tratamento de dados pessoais.

Dados de identificação e de contacto

A Empresa que trata os seus dados é a Telegrafia, a.s. Lomená 7 040 01 Košice, IČO: 17081386 email: gdrp@telegrafia.sk (doravante designada de “Operador”)

Em caso de incerteza, questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais, sugestões ou queixas, ou se acreditar que tratamos os seus dados pessoais de forma ilícita ou injusta, ou para exercer qualquer um dos seus direitos, pode contactar-nos a qualquer momento enviando um e-mail para: gdrp@telegrafia.sk, ou escrevendo para o endereço do operador. Iremos tentar responder à sua mensagem o quanto antes, mas garantidamente no prazo de 1 mês a partir da data da sua receção. Em determinados casos, poderemos ter de adicionar informações para identificar e verificar a sua identidade para processar o seu pedido.

As perguntas recebidas, sugestões, pedidos de exercício dos seus direitos, etc., podem ser efetuados ao nosso responsável externo, o qual garante a supervisão independente do tratamento correto e seguro dos seus dados pessoais. Se tiver interessado, pode também contactar a pessoa responsável diretamente: e-mail: dpo7@proenergy.sk

Versão	V1.0
Data de atividade	Desde 24.11.2022
Motivo para atualizar a versão original	

Visão geral das atividades de tratamento

Podemos tratar os seus dados pessoais como parte das seguintes atividades de tratamento (IS):

Controlo da entrada no edifício - pessoas autorizadas - se tivermos permitido a entrada normal nas nossas instalações, podemos verificar a legitimidade da sua entrada e registar a sua entrada e a entrada de carros com base no interesse legítimo.

Sistema de câmara - se se encontrar dentro dos nossos estabelecimentos monitorizados, que estão assinalados com um símbolo de câmara à entrada, fará parte de uma gravação de vídeo, cujo objetivo é manter a segurança (incluindo deteção de crimes), proteger a vida, a saúde, a propriedade e os interesses financeiros do operador e proteger a vida, a saúde e a propriedade das pessoas que se encontram na área monitorizada. Respeitamos o seu direito à privacidade e não monitorizamos com câmaras as zonas onde espera ter privacidade - estes são principalmente os espaços destinados ao descanso e ao relaxamento (cozinha, casas de banho, vestiários, sala comum - sala de descanso, mesas da cantina). Os registos podem ser usados para apurar responsabilidades em relação a si em caso de violação dos regulamentos internos, se tivermos garantido o seu ajuste aos mesmos e/ou regulamentos legais relacionados com ameaças ou danos de propriedade, vida, saúde, segurança ou interesses financeiros. O tratamento é um interesse legítimo do operador ou de um terceiro.

Litígios/processos jurídicos - tratamos os seus dados pessoais se estivermos envolvidos em processos jurídicos perante si, com base numa obrigação legal e/ou no interesse legítimo do operador ou de terceiros para provar, exercer ou defender ações judiciais.

Documentos contabilísticos - podemos tratar os seus dados pessoais no âmbito da prossecução do contrato consigo com vista a cumprir as obrigações contabilísticas e fiscais em conformidade com os regulamentos jurídicos especiais.

Comunicação de atividades antissociais - podemos tratar os seus dados pessoais se tiver submetido anonimamente uma notificação sobre uma possível atividade antissocial, ou se for alvo de, ou tiver participado numa investigação de uma possível atividade antissocial, de acordo com um regulamento jurídico especial.

Registos de parceiros comerciais - podemos tratar os seus dados de identificação e de contacto se for um parceiro comercial nosso (ou uma pessoa de contacto designada pelo mesmo), e necessitarmos destes dados para satisfazer as nossas relações comerciais. A base jurídica é um interesse legítimo.

Os dados de algumas das operações de tratamento mencionadas acima dizem respeito ao caso relevante e, na medida do necessário, podem ser usados no contexto de fornecer ou defender as nossas ações judiciais ou as ações judiciais de terceiros (por ex., uma autoridade que possa interferir em processos penais, um executante, um advogado, etc.), no contexto de processos judiciais ou extrajudiciais, cobrança de dívidas, etc. Alguns dados pessoais obtidos (por ex., confirmações, registos, outros documentos para confirmar um determinado facto, etc.) podem ser armazenados e usados como "evidência" para fins de auditoria, atividades de controlo por terceiros, como parte da verificação do cumprimento das obrigações do operador nos termos de regulamentos legislativos, requerimentos ou outros requisitos (contratuais, setoriais, etc.). Alguns dados obtidos podem ser usados para fins estatísticos internos do operador, e melhoria dos processos e serviços, mas na extensão necessária e de acordo com as possibilidades de usar elementos de segurança de anonimização, pseudoanonimização e encriptação.

Informações gerais adicionais

Tratamos os seus dados pessoais como parte das atividades de tratamento acima mencionadas de acordo com os princípios de tratamento de dados pessoais de forma tal que tratamos os seus dados na medida do necessário para alcançar o fim legal específico e armazená-los durante o período necessário de acordo com os regulamentos jurídicos atuais (especialmente a Lei de Arquivos e Registos). Os prazos de eliminação individual são listados na secção “Detalhes das atividades de tratamento destas informações. Os tempos indicados podem ser prorrogados em casos excepcionais, em especial no contexto de comprovar, exercer ou defender ações legais.

Obtemos os seus dados pessoais principalmente de si como titular dos dados (ou do seu representante legal), caso contrário, obtemo-los de outras fontes, informamo-lo de forma transparente deste facto e certificamo-nos de que estes dados são obtidos de forma legal (por exemplo, com o seu consentimento) e estão corretos e atualizados. Em caso de qualquer alteração aos seus dados pessoais, solicitamos-lhe que comunique a alteração.

O acesso aos seus dados pessoais é dado às nossas pessoas autorizadas que possuem formação devida acerca das regras e responsabilidades do tratamento dos seus dados pessoais e estão empenhados em manter a confidencialidade dos seus dados pessoais com os quais entram em contacto.

O acesso aos seus dados pessoais também pode ser dado a destinatários externos e outras partes que têm permissão ou são obrigados a fazê-lo por um regulamento especial ou são obrigados a exercer autoridade pública. São principalmente organizações e instituições (incluindo autoridades de administração estatal e autoridades públicas para o exercício do controlo e supervisão), mas também podem ser parceiros contratuais que têm o estatuto de operador independente no sentido de regulamento especial, ou outras pessoas/entidades reguladas por regulamentação jurídica. Além disso, poderemos partilhar os seus dados pessoais com intermediários aos quais confiamos contratualmente o tratamento dos seus dados pessoais e que se comprometeram a aceitar as garantias adequadas de manutenção da proteção dos dados pessoais tratados. Se nos tiver dado o consentimento voluntário ou nos tiver dado ordem para fornecermos os dados, os seus dados pessoais também podem ser fornecidos a outros destinatários. De igual forma, os seus dados pessoais também podem ser partilhados com parceiros contratuais para a prossecução do contrato entre si e o operador. Uma lista específica de destinatários para cada atividade de tratamento é fornecida na secção “Detalhes das atividades de tratamento” destas informações.

Através destas informações, informamo-lo de quaisquer transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais. Em caso de uma transferência do género, este facto é indicado na secção “detalhes das atividades de tratamento” destas informações, juntamente com as garantias de tal transferência, que podem ser principalmente (i) a decisão da Comissão de que o país ou organização internacional fornece garantias adequadas, (ii) cláusulas contratuais padrão assinadas entre o importador e o exportador dos dados, (iii) regras internas vinculativas adotadas, (iv) ou qualquer uma das exceções para situações especiais aplicam-se (por exemplo, o seu consentimento expresso) e assim sucessivamente.

Estas e outras informações específicas acerca do tratamento dos seus dados pessoais são listadas em separado para cada atividade de tratamento na secção “Detalhes das atividades de tratamento” destas informações.

Os seus direitos

Enquanto titular de dados acerca do qual tratamos os seus dados pessoais, tem direitos relacionados com o tratamento dos dados pessoais de acordo com o RGPD e a Lei de Proteção de Dados Pessoais. Segue-se uma visão geral dos mesmos. Se decidir usar algum dos seus direitos, pode usar o nosso formulário de aplicação no anexo, que envia ao contacto listado no início destas informações. Se não tiver a certeza do seu direito, ou se precisar de ajuda para preencher o requerimento, pode contactar o nosso responsável externo - o contacto está disponível no início destas informações.

Direitos de acesso

Pode solicitar informações sobre a forma como tratamos os seus dados pessoais, incluindo informações sobre:

- para que fins tratamos os seus dados pessoais,
- que categorias de dados pessoais tratamos,
- com quem partilhamos os seus dados pessoais,
- durante quanto tempo conservamos os seus dados pessoais ou quais são os critérios para determinar o tempo, que direitos tem
- de onde obtemos os seus dados pessoais (se não os tivermos obtido diretamente de si),
- se o tratamento inclui a tomada de decisões automatizada (a denominada criação de perfis),
- se os seus dados pessoais foram transferidos para um país que não faz parte da União Europeia, ou do Espaço Económico Europeu, ou para uma organização internacional e, em caso afirmativo, como garantimos a proteção dos seus dados pessoais.

Todas as informações anteriores estão disponíveis nestas informações. No caso do seu pedido, iremos fornecer-lhe uma cópia dos dados pessoais que tratamos sobre si. Podemos cobrar uma taxa administrativa razoável por quaisquer cópias adicionais que solicite. O direito de obtenção de uma cópia não deve ter consequências desfavoráveis sobre os direitos e liberdades alheios. O operador irá fornecer-lhe informações sobre a opção, o procedimento usado, os possíveis custos e outras informações detalhadas sobre a disponibilização de uma cópia após a receção do seu pedido. Se tiver submetido um pedido por via eletrónica, as informações ser-lhe-ão disponibilizadas num formato eletrónico comumente usado, exceto se solicitar outro método.

Nota: Pode facilmente exercer o direito de acesso preenchendo o requerimento - artigo "D" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações.

Direitos de transferência de dados

Tem o direito de receber os seus dados pessoais que nos forneceu para tratamento com base no consentimento ou cumprimento de um contrato, num formato estruturado, comumente usado e de leitura ótica. Também tem o direito de solicitar a transferência destas informações para outro operador.

Nota: Pode facilmente exercer o direito de transferência de dados preenchendo o requerimento - artigo "E" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações

Direitos de correção

É importante que tenhamos as informações corretas e completas sobre si para evitar erros, situações desagradáveis e efeitos indesejáveis. Não só tem o direito de correção imediata de dados pessoais incorretos ou incompletos que tratamos sobre si como, em simultâneo, também lhe pedimos que nos notifique de imediato de quaisquer alterações ou acrescentos aos dados pessoais, em especial se tiver alterado os dados de identificação/contacto, os dados de pagamento que moveram, etc.

Nota: Pode facilmente exercer o direito de corrigir (ou complementar) preenchendo o requerimento - artigos "A ou B" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações.

Direitos de eliminação (direito de ser "esquecido")

Tem o direito de solicitar a eliminação dos dados pessoais que lhe dizem respeito. Iremos satisfazer tal pedido sem demoras se qualquer um dos motivos seguintes estiver presente:

- os dados pessoais já não são necessários para os fins para os quais foram obtidos ou de outra forma tratados, ou
- revoga o consentimento com base no qual o tratamento é realizado e não existe outra base legal para o tratamento ou

- opõe-se ao tratamento e não existem outros motivos válidos para o tratamento, opõe-se ao tratamento para fins de marketing direto (incluindo criação de perfis) ou
- os dados pessoais foram tratados de forma ilegal ou
- os dados pessoais têm de ser eliminados para cumprir com uma obrigação jurídica ao abrigo da legislação da União Europeia ou de um Estado-Membro a que o controlador está sujeito, ou
- os dados pessoais foram obtidos no âmbito da oferta de serviços de empresa de informação.

Por exemplo, pode pedir-nos para os eliminar porque tratamos os seus dados pessoais de forma ilegal, por exemplo, se tratamos os seus dados pessoais durante mais tempo que o necessário ou sem motivo.

No entanto, nalguns casos não poderemos cumprir o seu pedido, por ex., se o tratamento dos dados pessoais for obrigatório para exercer o direito de liberdade de expressão e informação, para desempenhar uma obrigação legal que exija o tratamento ao abrigo da legislação da União Europeia ou de um Estado-Membro a que o operador se encontra sujeito ou para desempenhar uma tarefa relacionada com o interesse público, por motivos de interesse público no campo da saúde pública, para arquivar no interesse público, para provar, exercer ou defender ações judiciais.

Nota: Pode facilmente exercer o direito de eliminar de dados preenchendo o requerimento - artigo "C" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações.

Direito de limitação do tratamento

Tem o direito delimitar o tratamento que damos aos seus dados pessoais num dos seguintes casos:

- questiona a precisão dos dados pessoais durante o período permitindo-nos verificar a exatidão dos dados pessoais ou
- O processamento for ilegal e você, o titular, opõe-se à eliminação dos dados pessoais, solicitando em vez disso a limitação da sua utilização ou
- nós, na qualidade de operador, já não necessitamos dos seus dados pessoais para fins de tratamento mas você, o titular de dados, necessita dos mesmos para provar, exercer ou defender ações judiciais, ou
- opõe-se ao tratamento, até à verificação da existência de motivos legítimos da nossa parte enquanto operador que se sobreponham aos seus motivos legítimos enquanto pessoa envolvida.

Se o tratamento for limitado de acordo com os motivos acima mencionados, poderemos tratar tais dados pessoais (à exceção de armazenamento) apenas com o seu consentimento ou para demonstrar, exercer ou defender ações judiciais, ou para proteger os direitos de outra pessoa ou entidade legal, ou por motivos de interesse público importante da União Europeia ou de um Estado-Membro.

Iremos informá-lo antes de a limitação do tratamento no operador ser levantada.

Em simultâneo, queremos assegurar-lhe que se exercer o seu direito de correção, eliminação ou limitação de tratamento dos seus dados pessoais através de um pedido, iremos notificar de imediato cada destinatário ao qual tenhamos fornecido dados pessoais sobre este facto (correção, eliminação ou limitação do tratamento), exceto se for impossível ou exigir um esforço não razoável.

Nota: Pode facilmente exercer o direito de limitar o tratamento dos dados preenchendo o requerimento - artigo "F" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações.

Direito de oposição ao tratamento

Se acreditar que não temos o direito de tratar os seus dados pessoais, pode opor-se ao tratamento da nossa parte. Estas são situações nas quais o tratamento é realizado com base num interesse legítimo que desempenhamos enquanto operador ou uma tarefa que é realizada no interesse público, incluindo a oposição à criação de perfis. Em tais casos, só podemos continuar o tratamento se demonstrarmos motivos legítimos que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades. No entanto, podemos sempre tratar os seus dados pessoais se for necessário para determinar, exercer ou defender ações judiciais. Se tratarmos os seus dados pessoais para fins de marketing direto, tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos seus dados pessoais para fins de tal marketing.

Nota: Pode facilmente exercer o direito de oposição ao tratamento dos dados preenchendo o requerimento - artigo "G" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações.

O direito de não se submeter a uma decisão baseada exclusivamente no tratamento automatizado, incluindo a criação de perfis.

Em caso de desempenho de criação de perfis, iremos informá-lo aprofundadamente sobre estas ações no âmbito das atividades de tratamento específicas. Em simultâneo, queremos assegurar-lhe que se indicarmos que tal processamento não é realizado, significa que os seus dados pessoais não são e não serão usados para avaliar ou prever os aspetos pessoais relacionados com o desempenho no trabalho, condições de propriedade, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, posição ou movimento.

Se realizarmos tal processamento, tem o direito de nos solicitar para não fazer parte da criação de perfis. No entanto, nalguns casos não poderemos anuir ao seu pedido, por ex., se a decisão for necessária para a conclusão ou a execução de um contrato entre a pessoa envolvida e o operador, ou se a decisão for permitida pela legislação da União Europeia ou pela legislação de um Estado-Membro e que também estabelece medidas apropriadas a garantir a proteção dos direitos e das liberdades e interesses legítimos da pessoa em questão, ou se a decisão se basear no consentimento explícito da pessoa em questão.

Nota: Pode facilmente exercer este direito preenchendo o requerimento - artigo "H" de acordo com o Anexo nº1 das presentes informações.

O direito de retirar o consentimento de tratamento dos dados pessoais

Se nos tiver dado o seu consentimento para tratar os dados pessoais no passado, tem o direito de retirar este consentimento voluntário a qualquer momento. Iremos respeitar a sua decisão e garantir que os seus dados pessoais já não são tratados para este fim. No entanto, em simultâneo, a revogação do consentimento não afeta a legalidade do tratamento dos dados pessoais com base no consentimento anterior à sua revogação (na prática, isto pode significar que se os seus dados foram publicados de acordo com o consentimento concedido, por ex em materiais promocionais distribuídos, a eliminação destes materiais enviados, dado que o consentimento era válido na altura da distribuição).

Se nos der o seu consentimento para meios técnicos eletrónicos, tem o direito de revogar estes meios. Ou pode simplesmente escrever-nos para o contacto fornecido no início destas informações em como já não pretende que tratemos os seus dados e concorda com a revogação.

O direito de apresentar uma queixa junto de uma autoridade supervisora

Caso não esteja satisfeito com a nossa resposta, ou se acreditar que violamos os seus direitos, ou que estamos a tratar os seus dados pessoais de forma injusta, ilegal, etc., pode apresentar uma queixa - uma proposta para iniciar uma ação judicial à autoridade supervisora, que é o Gabinete da Proteção de Dados Pessoais na República Eslovaca. Pode consultar informações mais detalhadas sobre o procedimento para submeter queixas em www.dataprotection.gov.sk.

Segurança no tratamento dos seus dados pessoais

Gostaríamos de demonstrar-lhe que levamos a segurança dos seus dados pessoais e a proteção da sua privacidade a sério, por isso nesta secção de informações iremos dar-lhe a informação básica sobre as nossas práticas, e o quão seguros estão os seus dados.

Garantimos a segurança das informações, incluindo dos dados pessoais, selecionando medidas técnicas e organizacionais apropriadas com base nas normas internacionais para a segurança das informações (em especial, ISO/IEC 27001:2013, ISO/IEC 27002:2013).

Protegemos as instalações onde tratamos os seus dados pessoais com um nível adequado de proteção usando barreiras mecânicas, medidas de segurança técnicas e medidas organizacionais.

Quando tratamos e mantemos a segurança dos dados pessoais, seguimos um conjunto de políticas e procedimentos atualizados com regularidade, com competências claramente definidas e atribuídas.

Documentámos todos os processos relacionados com o tratamento dos seus dados pessoais e atualizamo-los com regularidade. Cada novo processo é devidamente avaliado e aprovado.

Quando tratamos os dados pessoais, temos em consideração o risco que enfrenta em caso de perda de confidencialidade, disponibilidade ou integridade, e as operações de tratamento com um risco maior são geridas com inúmeras medidas para garantir uma proteção mais alta.

Realizamos periodicamente atividades de controlo/auditoria que visam a conformidade com as regras estabelecidas e a avaliação da conformidade com os requisitos de proteção e segurança dos dados pessoais e, em caso de deficiências detetadas, trabalhamos com diligência no sentido de os eliminar.

Usamos os serviços de uma autoridade responsável externa independente (imparcial) que supervisiona o tratamento correto, legal e seguro dos dados pessoais connosco.

As autoridades autorizadas que têm acesso aos seus dados pessoais como parte do seu cargo/função estão vinculadas por confidencialidade em relação aos dados pessoais, são devidamente formadas antes de os tratar e depois, conforme necessário, são novamente formadas acerca dos requisitos e responsabilidades ao tratarem os dados pessoais.

Só usamos os serviços de fornecedores verificados-intermediários que acordaram contratualmente tomar as medidas de segurança adequadas ao tratar os seus dados pessoais.

O acesso das autoridades autorizadas aos seus dados pessoais é governado pelas regras “conforme seja preciso saber” e “conforme seja preciso usar”.

Temos um sistema de gestão de violação de dados pessoais/incidentes de segurança implementado e garantimos a continuidade das atividades.

Mantemos um registo atualizado de ativos primários e de apoio no âmbito do tratamento de dados pessoais, que se reflete em medidas de segurança adequadas, incluindo regras para o apagamento/eliminação seguros, cópia de segurança, encriptação, proteção contra código malicioso, elementos de autenticação adequados, pseudoanonimização ou anonimização, regras para o uso de ativos, incluindo a sua transmissão e muitas outras.

Detalhes das atividades de tratamento (IS)

Controlo do acesso das pessoas-alvo autorizadas IS

1 Finalidade do tratamento de dados pessoais e base jurídica do tratamento

A finalidade do tratamento dos dados pessoais é:

a verificação da entrada e os registos de entrada eletrónicos das pessoas autorizadas através do cartão de acesso eletrónico atribuído (cartão de ID com fotografia), registos dos carros registados.

Os dados pessoais são tratados com base em:

(1) artigo 6 número 1 alínea f) do regulamento RGPD: interesse legítimo.

2 Identificação dos dados pessoais tratados das pessoas afetadas

Pessoas afetadas cujos dados pessoais são tratados:

trabalhadores, antigos trabalhadores (incluindo trabalhadores de agência), alunos, parceiros externos autorizados.

Extensão dos dados pessoais que tratamos:

dados pessoais - identificação, incluindo fotografia (título, nome próprio, apelido, título da função, fotografia, EČV, entrada - chegada, saída).

3 Identificação dos destinatários ou outras partes que possam ter acesso aos dados pessoais

Categoria de destinatários	Identificação dos destinatários
(1) As instituições, as organizações, os parceiros contratuais ou outras partes cujo acesso é permitido por um regulamento jurídico especial, e/ou o exercício da autoridade pública (Artigo 6, parágrafo 1, alíneas c) e e) do Regulamento), por ex.: - Lei nº 171/1993 Coll. em matéria de força policial (especialmente §76a) - outra regulamentação legal (2) Intermediário com base A contrato (Artigo 28 do regulamento RGPD de classe) (3) Outro operador, se tiver prestado o consentimento (Artigo 6, número 1, alínea a) do regulamento RGPD de classe) (4) Parceiro contratual, como parte da consecução do contrato entre si e o operador (Artigo 6, número 1, alínea b) do regulamento RGPD) (5) outra parte com base num interesse legítimo (Artigo 6, número 1, alínea f) do regulamento RGPD)	(1) força policial, outra entidade autorizada, (2) SBS

4 Transferência de dados pessoais para um país terceiro/organização internacional

Não é realizada a transferência para um país terceiro ou organização internacional.

5 Identificação da fonte a partir da qual os dados pessoais são obtidos

Pessoa diretamente afetada (por registo da entrada).

6 Período de armazenamento dos dados pessoais

- Gestão dos acessos e cartões eletrónicos - duração da legislação de emprego ou relação semelhante, relação contratual,
- registos de entrada - 1 ano.

7 Criação de perfis

Não é realizada.

8 Obrigação de fornecimento de dados pessoais

O tratamento dos dados pessoais é realizado para proteger os interesses legítimos do operador e do terceiro. A pessoa afetada é obrigação de fornecimento de dados pessoais, caso não o faça, o operador não é obrigado a permitir que a pessoa afetada aceda às suas instalações.

Sistema de câmara IS (interesse legítimo)

1 Finalidade do tratamento de dados pessoais e base jurídica do tratamento

A finalidade do tratamento dos dados pessoais é:

monitorização das instalações usando um sistema de câmaras para manter a segurança (incluindo a deteção de crimes), proteção da vida, saúde, propriedade e interesses fiscais do operador e proteção da vida, da saúde e da propriedade das pessoas que se encontram nas instalações monitorizadas.

Os dados pessoais são tratados com base em:

(1) artigo 6 número 1 alínea f) do regulamento RGPD: interesse legítimo.

2 Identificação dos dados pessoais tratados das pessoas afetadas

Pessoas afetadas cujos dados pessoais são tratados:

pessoas que se encontram no espaço monitorizado.

Extensão dos dados pessoais que tratamos:

gravações das câmaras que captam a pessoa afetada (rosto, atividade, etc.).

3 Identificação dos destinatários ou outras partes que possam ter acesso aos dados pessoais

Categoria de destinatários	Identificação dos destinatários
(1) As instituições, as organizações, os parceiros contratuais ou outras partes cujo acesso é permitido por um regulamento jurídico especial, e/ou o exercício da autoridade pública (Artigo 6, parágrafo 1, alíneas c) e) do Regulamento), por ex.: - Lei nº 171/1993 Coll. em matéria de força policial (especialmente §76a) - outra regulamentação legal (2) Intermediário com base A contrato (Artigo 28 do regulamento RGPD de classe) (3) Outro operador, se tiver prestado o consentimento (Artigo 6, número 1, alínea a) do regulamento RGPD de classe) (4) Parceiro contratual, como parte da consecução do contrato entre si e o operador (Artigo 6, número 1, alínea b) do regulamento RGPD) (5) outra parte com base num interesse legítimo (Artigo 6, número 1, alínea f) do regulamento RGPD)	(1) força policial, outra entidade autorizada, (2) SBS

4 Transferência de dados pessoais para um país terceiro/organização internacional

Não é realizada a transferência para um país terceiro ou organização internacional.

5 Identificação da fonte a partir da qual os dados pessoais são obtidos

Pessoa diretamente afetada.

6 Período de armazenamento dos dados pessoais

7 dias.

7 Criação de perfis

Não é realizada.

8 Obrigação de fornecimento de dados pessoais

O tratamento dos dados pessoais é realizado para proteger os interesses legítimos do operador e do terceiro. A pessoa afetada decide fornecer os próprios dados pessoais ao usar as instalações monitorizadas. Em caso de frequência da área monitorizada, a pessoa envolvida é automaticamente gravada nas gravações das câmaras, sem a possibilidade de decidir quanto ao tratamento/não tratamento dos seus dados pessoais.

Ações judiciais IS

1 Finalidade do tratamento de dados pessoais e base jurídica do tratamento

A finalidade do tratamento dos dados pessoais é:

fornecer, exercer ou defender queixas em ações judiciais.

Os dados pessoais são tratados com base em:

(1) artigo 6 número 1 alínea . f) do regulamento RGPD: interesse legítimo,

(2) artigo 6 número 1 alínea c) do regulamento RGPD, em particular:

- Lei nº 160/2015 Coll. Código de Processo Civil,
- Lei nº 161/2015 Coll. Código de Processo Não Civil,
- Lei nº 301/2005 Coll. Código penal,
- Lei nº 162/2015 Coll. Código do Tribunal Administrativo

(3) artigo 9 número 2 alínea f) regulamento RGPD: provar, exercer ou defender ações judiciais,

(4) artigo 10: o tratamento dos dados relacionados com a prova de culpa por crimes e delitos menores é permitido pela lei da União ou de um Estado-Membro.

2 Identificação dos dados pessoais tratados das pessoas afetadas

Pessoas afetadas cujos dados pessoais são tratados:

pessoas – operadores e intermediários, pessoas autorizadas dos operadores e intermediários, pessoas afetadas, outras pessoas na posição de participantes nos processos.

Extensão dos dados pessoais que tratamos:

dados pessoais, nome de identificação (nome próprio, apelido, morada da residência permanente ou residência, data de nascimento ou outros dados identificativos - em particular ID ou número do passaporte), dados de contacto (número de telefone, e-mail) ou outros dados pessoais encontrados ou fornecidos durante o processo. Dependendo do caso, podem também ser tratados dados pessoais sensíveis (por exemplo, dados relacionados com admissões de culpa por crimes ou delitos menores podem ser tratados).

3 Identificação dos destinatários ou outras partes que possam ter acesso aos dados pessoais

Categoria de destinatários	Identificação dos destinatários
(1) As instituições, as organizações, os parceiros contratuais ou outras partes cujo acesso é permitido por um regulamento jurídico especial, e/ou o exercício da autoridade pública (Artigo 6, parágrafo 1, alíneas c) e e) do Regulamento), por ex.: a) -Lei Nº 160/2015 Coll. Código de Processo Civil, b) -Lei nº 301/2005 Coll. Código penal b) - Lei nº 171/1993 Coll. em matéria de força policial (especialmente §76a) c) - outra regulamentação legal (2) Intermediário com base A contrato (Artigo 28 do regulamento RGPD de classe) (3) Outro operador, se tiver prestado o consentimento (Artigo 6, número 1, alínea a) do regulamento RGPD de classe) (4) Parceiro contratual, como parte da consecução do contrato entre si e o operador (Artigo 6, número 1, alínea b) do regulamento RGPD) (5) outra parte com base num interesse legítimo (Artigo 6, número 1, alínea f) do regulamento RGPD)	(1a,5) tribunais, (1b,5) autoridades judiciárias, (1c) outra entidade autorizada.

4 Transferência de dados pessoais para um país terceiro/organização internacional

Não é realizada a transferência para um país terceiro ou organização internacional.

5 Identificação da fonte a partir da qual os dados pessoais são obtidos

Diretamente da pessoa envolvida ou do seu representante, de outras entidades autorizadas governadas por regulamentos especiais ex., executante, tribunais.

6 Período de armazenamento dos dados pessoais

10 anos desde o fim jurídico dos processos judiciais.

7 Criação de perfis

Não é realizada.

8 Obrigação de fornecimento de dados pessoais

O tratamento dos dados pessoais é realizado para proteger os interesses legítimos do operador e do terceiro. Se o operador/terceiro aparecer nos processos como autorizado, o fornecimento é requerido como parte de um interesse legítimo, em caso de não fornecimento, o operador ou o terceiro (incluindo a pessoa afetada) não poderão provar, exercer ou defender os direitos num processo judicial. Se o operador/terceiro (incluindo a pessoa afetada) aparecer nos processos como obrigado, ou se um terceiro for obrigado a colaborar, o fornecimento dos dados é uma obrigação legal, caso contrário a lei pode ser violada.

Documentos contabilísticos IS

1 Finalidade do tratamento de dados pessoais e base jurídica do tratamento

A finalidade do tratamento dos dados pessoais é:

tratamento de documentos contabilísticos e contratos, cumprimento de obrigações fiscais.

Os dados pessoais são tratados com base em:

- (1) artigo 6 número 1 alínea . f) do regulamento RGPD: interesse legítimo,
- (2) artigo 6 número 1 alínea c) do regulamento RGPD, em particular:
 - Lei nº 431/2002 Coll. em matéria de contabilidade conforme alterada,
 - Lei nº 222/2004 Coll. em matéria de IVA, conforme alterada,
 - Lei nº 40/1964 Coll. em matéria de Código Civil, conforma alterada,
 - Lei nº 595/2003 Coll. em matéria de impostos sobre os rendimentos, conforme alterada,
 - Lei nº 513/1991 Coll. Código Comercial,
 - Lei Nº 563/2009 Coll. em matéria de administração fiscal (código fiscal) e alterações a certas leis, conforme alteradas.

2 Identificação dos dados pessoais tratados das pessoas afetadas

Pessoas afetadas cujos dados pessoais são tratados:

os clientes/parceiros contratuais do operador, os contribuintes do operador.

Extensão dos dados pessoais que tratamos:

os dados pessoais dos clientes, parceiros contratuais, contribuintes: identificação (nome próprio, apelido, assinatura, em casos especiais se requerido por lei, por ex., Lei nº. 595/2003Z.z., lei nº 563/2009Z.z., número de segurança social ou data de nascimento das pessoas cujos dados são tratados), contacto (número de telefone, e-mail), financeiros (número da conta bancária, quantia), outros dados relacionados com a consecução do contrato, obrigações contabilísticas e fiscais. Os maridos, as mulheres e os filhos dos contribuintes na medida do apelido, nome próprio e número da segurança social, confirmações (por ex., confirmação de frequência escolar) caso o contribuinte solicite uma redução na base da taxa e uma taxa bonificada.

3 Identificação dos destinatários ou outras partes que possam ter acesso aos dados pessoais

Categoria de destinatários	Identificação dos destinatários
<p>(1) As instituições, as organizações, os parceiros contratuais ou outras partes cujo acesso é permitido por um regulamento jurídico especial, e/ou o exercício da autoridade pública (Artigo 6, parágrafo 1, alíneas c) e e) do Regulamento), por ex.:</p> <p>a) - Lei n.º 595/2003 Coll. em matéria fiscal, conforme alterada, a) - Lei nº 222/2004 Coll. em matéria de IVA, conforme alterada, a) - Lei nº 563/2009 Coll. em matéria de administração fiscal (código fiscal) e alterações a certas leis, conforme alteradas, b) - Lei nº 431/2002 Coll. em matéria de contabilidade conforme alterada, b) - Lei nº 423/2015 Coll. em matéria de auditoria e alterações à Lei nº 431/2002 Coll. em matéria de contabilidade conforme alterada, c) - outros regulamentos jurídicos</p> <p>(2) Intermediário com base no contrato (Artigo 28 do regulamento RGPD)</p> <p>(3) Outro operador, se tiver dado o consentimento (Artigo 6, número 1, alínea a) do regulamento RGPD)</p> <p>(4) Parceiro contratual, como parte da consecução do contrato entre si e o operador (Artigo 6, número 1, alínea b) do regulamento RGPD)</p> <p>(5) Outra parte com base num interesse legítimo (Artigo 6, número 1, alínea f) do regulamento RGPD)</p>	<p>(1a) administrador fiscal, (1b) auditoras, (1c) outras entidades autorizadas,</p>

4 Transferência de dados pessoais para um país terceiro/organização internacional

Não é realizada a transferência para um país terceiro ou organização internacional.

5 Identificação da fonte a partir da qual os dados pessoais são obtidos

Da pessoa diretamente afetada, do trabalhador, de registos públicos (por ex., registo comercial, registo de empresas).

6 Período de armazenamento dos dados pessoais

10 anos.

7 Criação de perfis

Não é realizada.

8 Obrigação de fornecimento de dados pessoais

O fornecimento dos dados pessoais é um requisito jurídico/requisito contratual, ou um requisito que é necessário para celebrar um contrato. A pessoa envolvida tem a obrigação de fornecer os dados pessoais, caso não o faça, o operador não pode estabelecer uma relação contratual consigo, ou dar consecução a uma relação contratual, incluindo o tratamento de documentos contabilísticos e, em simultâneo, cumprir as obrigações legais, violando assim a lei.

Comunicação de atividades antissociais IS

1 Finalidade do tratamento de dados pessoais e base jurídica do tratamento

A finalidade do tratamento dos dados pessoais é:

investigação de notificações de acordo com a Lei nº 54/2019 Coll. em matéria de proteção de denunciante de atividades antissociais e alteração de determinadas leis.

Os dados pessoais são tratados com base em:

(1) artigo 6 número 1 alínea c) do regulamento RGPD:

- Lei nº 54/2019 Coll. em matéria de proteção de denunciante de atividades antissociais e alteração de determinadas leis,
- (2) Art. 9 núm. 2 alínea g) Regulamento GPPR: interesse público significativo com base na legislação da União Europeia ou de um Estado-Membro.

2 Identificação dos dados pessoais tratados das pessoas afetadas

Pessoas afetadas cujos dados pessoais são tratados:

pessoas que tenham submetido uma notificação de atividade antissocial ou um pedido de proteção aquando da notificação de atividade antissocial grave (ou pessoas próximas das mesmas para as quais é solicitada proteção) e as pessoas que são investigadas com base na notificação.

Extensão dos dados pessoais que tratamos:

dados pessoais especificados na notificação e os dados necessários para a sua revisão (em particular, dados de identificação pessoal comuns acerca do notificante, pessoas envolvidas na violação e detalhes da notificação (pode conter dados de sensibilidade variável). Lista esperada de dados pessoais: Título, nome próprio, apelido, data de nascimento e residência do informante, local de emprego, nome do trabalhador, informações sobre uma pessoa próxima, se for uma relação de emprego com o mesmo empregador que o informante ou se for uma relação de emprego com um empregador que seja uma pessoa dependente relativamente ao empregador da pessoa denunciante e a pessoa denunciante solicitar proteção também para esta pessoa próxima e outros dados necessários para verificar o relatório.

3 Identificação dos destinatários ou outras partes que possam ter acesso aos dados pessoais

Categoria de destinatários	Identificação dos destinatários
<p>(1) As instituições, as organizações, os parceiros contratuais ou outras partes cujo acesso é permitido por um regulamento jurídico especial, e/ou o exercício da autoridade pública (Artigo 6, parágrafo 1, alíneas c) e e) do Regulamento), por ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei Nº 54/2019 Coll. Lei de proteção de denunciante de atividades antissociais e alterações a determinadas leis - Lei nº 301/2005 Coll. Código penal - Lei Nº 171/1993 Coll. em matéria de força policial (especialmente §76a) - outros regulamentos jurídicos <p>(2) Intermediário com base no contrato (Artigo 28 do regulamento RGPD)</p> <p>(3) Outro operador, se tiver dado o consentimento (Artigo 6, número 1, alínea a) do regulamento RGPD)</p> <p>(4) Parceiro contratual, como parte da consecução do contrato entre si e o operador (Artigo 6, número 1, alínea b) do regulamento RGPD)</p> <p>(5) Outra parte com base num interesse legítimo (Artigo 6, número 1, alínea f) do regulamento RGPD)</p>	<p>(1) Oficial de proteção de denunciante de atividades antissociais, participantes em processos, outras autoridades administrativas competentes, força policial eslovaca, procuradoria eslovaca, tribunais eslovacos e outras entidades autorizadas.</p>

4 Transferência de dados pessoais para um país terceiro/organização internacional

Não é realizada a transferência para um país terceiro ou organização internacional.

5 Identificação da fonte a partir da qual os dados pessoais são obtidos

A pessoa diretamente afetada (em pessoal, para a caixa de correio, por e-mail, por telefone ou pelo website do operador).

6 Período de armazenamento dos dados pessoais

3 anos (desde a data de entrega da notificação).

7 Criação de perfis

Não é realizada.

8 Obrigação de fornecimento de dados pessoais

A pessoa envolvida fornece os seus dados pessoais voluntariamente, de acordo com a lei, caso não os forneça, não será possível notificar o resultado da investigação da queixa/notificação, nem contactá-lo para informações adicionais, se necessário.

Registos de parceiros comerciais IS

1 Finalidade do tratamento de dados pessoais e base jurídica do tratamento

A finalidade do tratamento dos dados pessoais é:

Registos de parceiros comerciais.

Os dados pessoais são tratados com base em:

- (1) artigo 6 número 1 alínea f) regulamento RGPD: interesse legítimo,
- (2) artigo 6 número 1 alínea b) regulamento RGPD.: relação contratual e pré-contratual com o titular de dados.

2 Identificação dos dados pessoais tratados das pessoas afetadas

Pessoas afetadas cujos dados pessoais são tratados:

parceiros comerciais do operador e trabalhadores do parceiro comercial.

Extensão dos dados pessoais que tratamos:

dados de identificação pessoal e de contacto: título, nome próprio, apelido, título da função, título de serviço, título funcional, número pessoal do trabalhador ou número de trabalhador, departamento empresarial, local de trabalho, número de telefone, número de fax, endereço de e-mail do local de trabalho e dados de identificação do trabalhador.

3 Identificação dos destinatários ou outras partes que possam ter acesso aos dados pessoais

Categoria de destinatários	Identificação dos destinatários
(1) As instituições, as organizações, os parceiros contratuais ou outras partes cujo acesso é permitido por um regulamento jurídico especial, e/ou o exercício da autoridade pública (Artigo 6, parágrafo 1, alíneas c) e e) do Regulamento), por ex.: - outros regulamentos jurídicos (2) Intermediário com base no contrato (Artigo 28 do regulamento RGPD) (3) Outro operador, se tiver dado o consentimento (Artigo 6, número 1, alínea a) do regulamento RGPD) (4) Parceiro contratual, como parte da consecução do contrato entre si e o operador (Artigo 6, número 1, alínea b) do regulamento RGPD) (5) Outra parte com base num interesse legítimo (Artigo 6, número 1, alínea f) do regulamento RGPD)	(1) outra entidade autorizada.

4 Transferência de dados pessoais para um país terceiro/organização internacional

Não é realizada a transferência para um país terceiro ou organização internacional.

5 Identificação da fonte a partir da qual os dados pessoais são obtidos

A pessoa diretamente afetada ou o empregador da pessoa afetada.

6 Período de armazenamento dos dados pessoais

1 ano.

7 Criação de perfis

Não é realizada.

8 Obrigação de fornecimento de dados pessoais

A entrega dos dados pessoais é um requisito contratual, o tratamento dos dados pessoais é necessário. Em caso de não fornecimento dos dados pessoais, não será celebrada uma relação contratual com a pessoa envolvida ou com a empresa que representa e em nome da qual atua. A pessoa envolvida tem a obrigação de fornecer os dados pessoais autênticos, em caso de não fornecimento dos mesmos, ele/ela encontra-se a violar a legislação e os regulamentos.

Anexos

Anexo nº1

.....
(Título, nome próprio, apelido, morada do requerente)

Telegrafia, a.s.
Lomená 7, 040 01 Košice
Número ID: 17081386

Em, em

Pedido de exercício de direitos no âmbito do tratamento de dados pessoais

Estimado (pessoa responsável, empresa, operador),

de acordo com os regulamentos jurídicos relevantes que disciplinam a proteção dos dados pessoais, você, pelo presente, enquanto pessoa envolvida.

Solicito

** (selecione uma ou mais opções abaixo A-H, de acordo com o tipo de pedido, elimine as desnecessárias)*

(A) - a correção dos dados pessoais, que tratam sobre mim no âmbito de..... *(especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)*

Detalhes do pedido:

Devido ao tratamento de dados pessoais incorretos, solicito a correção dos mesmos conforme se segue:

Dados pessoais incorretos:

..... *(dados pessoais incorretos presentes, se do seu conhecimento)*

Dados pessoais corretos:

..... *(dados pessoais corretos atualizados presentes)*

(B) - a adição dos dados pessoais, que tratam sobre mim no âmbito de..... *(especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)*

Detalhes do pedido:

Devido ao tratamento de dados pessoais incorretos, solicito a correção dos mesmos conforme se segue:

Dados pessoais incompletos:

..... *(dados pessoais incompletos presentes, se do seu conhecimento)*

Dados pessoais completos:

..... *(dados pessoais completos presentes)*

(C) – A eliminação dos dados pessoais, que tratam sobre mim no âmbito de..... *(especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)*

Detalhes do pedido:

Solicito a eliminação dos dados pessoais pelo seguinte motivo:

(selecione uma ou mais opções relacionadas com o seu pedido)

- os dados pessoais já não são necessários para os fins para os quais foram obtidos e tratados para
- revogação do meu consentimento para o tratamento dos dados pessoais
- com base na minha oposição ao tratamento de dados pessoais, determinou-se que os motivos legítimos do operador para tratamento não têm prevalência sobre os meus interesses, direitos e liberdades
- a minha oposição ao tratamento dos meus dados pessoais para fins de marketing direto (incluindo criação de perfis)
- os dados pessoais foram tratados de forma ilegal
- os dados pessoais têm de ser eliminados com base num regulamento jurídico específico
- os dados pessoais foram obtidos no âmbito da oferta de serviços de sociedade de informação ao menor

Explicação:

..... *(adicionar uma descrição mais detalhada da situação)*

(D) - a disponibilização de uma cópia dos dados pessoais, que tratam sobre mim no âmbito de..... *(especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)*

Detalhes do pedido:

Caso se confirme que possui dados pessoais relacionados comigo, solicito o acesso a estes dados através do envio de uma cópia dos mesmos *(apresentar o formulário requerido de dados pessoais fornecido, por ex., em formato eletrónico para um endereço de e-mail/em formato impresso para uma morada)*

(E) - a disponibilização de uma cópia dos dados pessoais para outro operador, que tratam sobre mim no âmbito de..... *(especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)*

Detalhes do pedido:

Operador para o qual os dados pessoais serão transferidos: *(especificar dados de identificação do operador)*

Forma e local do fornecimento de dados:..... *(especificar sob que forma e em que local os dados transferidos devem ser entregues, por ex., em formato eletrónico para um endereço de e-mail/em formato impresso para uma morada)*

(F) - limitação do tratamento dos dados pessoais, que tratam sobre mim no âmbito de..... *(especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)*

Detalhes do pedido:

Solicito a limitação do tratamento pelo seguinte motivo:

(selecione uma ou mais opções relacionadas com o seu pedido)

- os dados pessoais que trata sobre mim não estão corretos e solicito a limitação do tratamento durante o período de verificação da exatidão dos meus dados pessoais
- o tratamento dos meus dados pessoais é ilegal, mas oponho-me à eliminação dos meus dados pessoais e, em vez disso, considero suficiente a limitação da sua utilização
- Preciso dos meus dados pessoais para provar, exercer ou defender ações judiciais

- com base na minha opinião ao tratamento de dados pessoais, solicito a limitação do tratamento durante todo o período de verificação para apurar se os motivos legítimos do operador para o tratamento não prevalecem sobre os meus motivos legítimos

Explicação:

..... (adicionar uma descrição mais detalhada da situação)

Forma requerida de limitação do processamento: (especifique se também tem um pedido relativo a uma forma específica de limitação, por ex., transferência temporária de dados pessoais para outro sistema de tratamento/impedimento de acesso aos utilizadores dos dados pessoais afetados pela limitação/remoção temporária dos dados pessoais publicados no site do operador/outra forma)

Período requerido de limitação do processamento..... (especifique se também tem um pedido de período de limitação específico, por ex., durante um período necessário para defender as minhas ações judiciais, de cujo fim irei informá-lo/durante a verificação do pedido especificado anteriormente/outro período)

(G) - não tratamento dos meus dados pessoais (oponho-me ao tratamento dos dados pessoais), que trata sobre mim no âmbito de..... (especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)

Detalhes do pedido:

Oponho-me ao tratamento dos meus dados pessoais com base em:

(selecione uma ou mais opções relacionadas com o seu pedido)

- interesse público ou no exercício de autoridade pública atribuída ao operador
 interesse legítimo do operador ou de um terceiro

Explicação:

..... (adicionar uma descrição mais detalhada da situação, por ex., não pretendo tratar os meus dados pessoais para fins de marketing direto (incluindo criação de perfis))

(H) - Não estou sujeito a uma decisão com base exclusiva no tratamento automatizado de dados pessoais, incluindo criação de perfis, que trata sobre mim no âmbito de..... (especifique a relação com o operador ou outras circunstâncias nas quais os dados pessoais possam ser tratados, que ajudarão o operador a identificá-lo)

Detalhes do pedido:

..... (apresente requerimentos específicos e justificativas do pedido, por ex., porque o tratamento acima mencionado pode ter consequências negativas para mim, tais como Solicito o tratamento dos meus dados de uma forma não exclusivamente automatizada)

Em caso de quaisquer questões ou receios, queira contactar-me (especifique os dados de contacto, tais como e-mail, número de telefone ou morada, etc.)

Desde já obrigado pela gestão do pedido.

Com os melhores cumprimentos

.....
(nome, apelido, assinatura da pessoa envolvida)